UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

THIALA BARROS DO NASCIMENTO.

**ESTADO LAICO VERSUS INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE
ACERCA DO DIREITO A LIBERDADE DE CRENÇA NO BRASIL.**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

THIALA BARROS DO NASCIMENTO.

**ESTADO LAICO VERSUS INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE
ACERCA DO DIREITO A LIBERDADE DE CRENÇA NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientador: Prof. Dr. Francysco Pablo Feitosa Gonçalves.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

THIALA BARROS DO NASCIMENTO.

**ESTADO LAICO VERSUS INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE
ACERCA DO DIREITO A LIBERDADE DE CRENÇA NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: 17 / 12 / 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francysco Pablo Feitosa Gonçalves.
(Orientador).

Prof. Dr. Miguel Ângelo Ifadireó.
(Examinador).

Prof^ª. Me. Danielly Pereira Clemente.
(Examinador).

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

ESTADO LAICO VERSUS INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA ANÁLISE ACERCA DO DIREITO A LIBERDADE DE CRENÇA NO BRASIL.

Thiala Barros do Nascimento¹
Francysco Pablo Feitosa Gonçalves²

RESUMO.

A pesquisa que passa aqui a ser desenvolvida tem o intuito e objetiva fazer uma análise sobre a laicidade do Estado e intolerância religiosa, analisando obras bibliográficas, que tratem sobre o devido tema, bem como também, buscar apoio em artigos científicos, periódicos, revistas e entre outros. Procura – se, portanto, através dos devidos materiais retratar a historicidade da liberdade de crença no Brasil, os preconceitos e discriminações enfrentadas com o desencadeamento da intolerância religiosa e entre outros Para bem tratar do assunto em estudo, foi realizado consulta a todas as Constituições brasileiras, bem como leis extravagantes acerca do tema, Código Penal brasileiro e também foi feito uma análise das normas de Direitos Humanos em âmbito internacional e sua importância mundial no combate da intolerância religiosa. A pesquisa por sua vez, é encaixada nas áreas das ciências humanas, que conforme a sua finalidade trata -se de uma pesquisa de natureza básica estratégica, segundo os propósitos gerais, trata – se de uma pesquisa descritiva, e com relação aos procedimentos técnicos, se encaixa como pesquisa bibliográfica. Ao final, espera – se demonstra o quão é importante que haja a quebra dos preconceitos já existentes em nossa sociedade, com relação ao direito à liberdade de crença.

Palavras chave: Intolerância. Estado. Violência. Discriminação.

ABSTRACT

The research that is now being developed has the purpose and objective of making an analysis on the laicity of the State and religious intolerance, analyzing bibliographic works, which address the proper theme, as well as seek support in scientific articles, journals, journals and others. It seeks – if, therefore, through the proper materials to portray the historicity of freedom of belief in Brazil, the prejudices and discrimination faced with the triggering of religious intolerance and among others To deal with the subject under study, a consultation was carried out on all Brazilian Constitutions, as well as extravagantes laws on the subject, the Brazilian Penal Code and an analysis of human rights standards at the international level and its worldwide importance in combating religious intolerance was also made. The research, in turn, is embedded in the areas of the human sciences, which according to its purpose is a research of a basic strategic nature, according to the general purposes, it is a descriptive research, and with regard to technical procedures, it fits as bibliographic research. In the end, it is expected – it is demonstrated how important it is that there is the breaking of the prejudices already existing in our society, in relation to the right to freedom of belief.

---

¹Discente do curso de Direito da UNILEÃO. Email: thialanascimento17@gmail.com

²Docente do curso de Direito da UNILEÃO. Email: pablogoncalves@leaosampaio.edu.br

Keywords: Intolerance; State; Violence and Discrimination.

1 INTRODUÇÃO

O tema Estado Laico versus Intolerância Religiosa é bastante discutido, por se tratar da questão do preconceito religioso vivido na sociedade brasileira e que infelizmente só aumenta. O projeto tem a intenção de fazer uma comparação entre o direito da liberdade de crença assegurado pela Constituição Federal de 1988, tornando assim o Brasil um Estado Laico e, a intolerância religiosa que se caracteriza pela maneira que um indivíduo não consegue e não respeita a decisão do outro de prestar culto a uma determinada religião que cultue a outro Deus ou deuses.

Levando em consideração ainda que o art. 19 da Constituição Federal, veda aos Estados, União, Distrito Federal e Municípios, estabelecerem cultos religiosos ou igrejas, bem como também veda manter relações ou alianças com seus representantes, ou seja, há no Brasil a separação do Estado e da religião. No entendimento Fátima Viegas (2016, p. 21) a intolerância é entendida como a recusa em aceitar outras pessoas ou grupos, geralmente por motivos religiosos, culturais, racionais ou políticos. Essa recusa pode vir de certos grupos ou do próprio Estado.

Apesar de assegurado a separação não se mostra tão eficaz como é abrangido pela teoria, sendo que é sabido que o Brasil tem grande parte de sua população cristã, como católicos e evangélicos, o que faz com que naturalmente as religiões de matrizes africanas se tornem uma minoria diante das outras. No entendimento de Gilmário Kassandro, e Danielle Pinheiro (2018, p. 76), entende – se por minoria aqueles que estão em desvantagem a um determinado grupo e que, geralmente, recebem um tratamento discriminatório pela maioria.

Não é uma grande surpresa que a população do Brasil seja dividida dessa maneira, tendo em vista que de acordo com a história do descobrimento do país, sabe – se que vieram pessoas diretamente de Portugal com a função de evangelizar os índios, deixando de lado a cultura que eles já viviam antes da chegada desses povos.

Vê-se constantemente que a separação entre Estado e Religião não parece funcionar muito bem na realidade fática, tendo em vista que ataques constantes a diversas religiões são relatados quase que diariamente, sem chegar a contar aqueles que não são registrados, por muitas vezes serem considerados brigas de vizinhança, levando em conta também que os poucos casos que chegam a ser levados para polícia são raramente registrados, investigados e tão pouco punidos.

Dessa forma, o objeto do estudo trata-se, portanto da realização de uma pesquisa bibliográfica e legislativa acerca a laicidade do Estado, bem como a liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal, análise do ordenamento jurídico com relação ao crime de intolerância, bem como também a análise de normas internacionais de Direitos Humanos, a fim de que haja o desenraizamento do preconceito que é vivido todos os dias em sociedade, para que haja entendimento sobre a opção religiosa do outro e que é preciso que haja o mutuo respeito, mesmo que determinada pessoa não creia, para que a sociedade passe a ter mais consciência de respeito e igualdade.

A discussão sobre esse assunto tem grande relevância para a sociedade como um todo, visto que a intolerância religiosa está presente em todos os lados da sociedade. O Estado laico presente na Constituição Federal não consegue controlar essa onda de intolerância vivida, porém não é algo pertinente aos dias atuais. Tendo em vista ainda, ser um grande desafio promover o reconhecimento da diversidade religiosa no Brasil modernizado, tendo em vista que isso jamais será conseguido sem que haja a quebra de preconceitos e discriminação, que por muito tempo foi tolerado e até mesmo banalizado, pois não foi algo que surgiu na modernidade, é algo que já vem de uma longa cultura dos antepassados.

A pesquisa tem como seu objetivo geral, analisar, através de uma pesquisa bibliográfica e legislativa como a laicidade do Estado e a liberdade crença é vivida da no Brasil frente a Constituição de 1988 e os Direitos Humanos. Tem como objetivos específicos os seguintes: Analisar o princípio da laicidade do Estado na Constituição Federal de 1988, bem como, a questão da Intolerância Religiosa no Brasil a partir de uma perspectiva jurisprudencial e bibliográfica; buscar dados históricos e contemporâneos acerca da liberdade de crença desde o Brasil império aos dias atuais e apresentar os aspectos jurídicos que versem sobre o tema.

Por fim, o presente trabalho busca contribuir para erradicação do preconceito e intolerância religiosa a partir da pratica do respeito e do incentivo ao cumprimento das leis já existentes, porém focando na educação da sociedade, com o intuito de proporcionar que todos os cidadãos tenham assegurado o mesmo tratamento e direitos iguais, independentemente de ter sua crença ou de não ter nenhuma, respeitando a diversidade e a escolha de cada cidadão.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.

Conforme a sua finalidade a referida pesquisa trata – se de natureza básica estratégica, que segundo Gil (2018) são pesquisas voltadas à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos.

Preocupando – se no caso com os benéficos que pesquisa irá oferecer para a solução do objeto de estudo.

Segundo aos propósitos mais gerais, trata – se de uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2018), têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria.

Neste caso, com relação aos procedimentos técnicos, trata – se de uma pesquisa bibliográfica, que segundo o entendimento de Gil (2018) é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Com relação a base de dados, serão pesquisados em livros impressos tais como: “O que é intolerância religiosa”; “Intolerância Religiosa e “Liberdade Religiosa na Constituição: Fundamentalismo, pluralismo, crenças, cultos”, artigos científicos, revistas e periódicos, disponibilizados pela plataforma Google Acadêmico, buscando aqueles que tratam sobre a intolerância religiosa, laicidade do estado, direitos humanos, sincretismo religioso, entre outros buscando – se aproximar – se da realidade vivida. Também, foi utilizado textos legislativos como base, como algumas Constituições brasileiras, desde a primeira do ano de 1824 até atual de 1988, o Código Penal de 1940, lei 7.716/89, lei 9.459/97 e algumas normas internacionais sobre Direitos Humanos.

3 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: ASPECTOS JURÍDICOS.

A intolerância religiosa não é algo que surgiu com a modernidade, ela já existe há milhares de anos, portanto, não há como falar que também a discriminação é algo moderno, pois as suas raízes são bem mais profundas. Quando fala-se de Brasil, pode – se dizer que ele não surgiu a partir de uma democracia religiosa, pois precisa – se somente de um estudo sobre a história do país para que se saiba que a intolerância tem sua origem a partir do colonialismo, a partir da invasão de portugueses, momento em que a religião fora usada como uma forma de conquista territorial (NOGUEIRA, 2019).

Tratando – se, no entanto, do conceito de intolerância, segundo Sidnei Nogueira (2020), a mesma tem sido utilizada para descrever “um conjunto de ideologias, atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas”. A partir dessa definição,

entende – se que as religiões não hegemônicas são quase que automaticamente descartadas e taxadas como erradas, tudo por conta de falta de conhecimento e educação sobre determinado assunto, pois vê-se a partir daqui como a vontade do outro em ser “diferente” dos demais, seguir outras opções, incomoda as pessoas intolerantes, fazendo com que muitas das vezes, chegue – se no ato da violência.

Apesar de, a intolerância não ser atual, ela não tem ainda a visibilidade que necessita, tomando por base que, os primeiros movimentos para combate a intolerância religiosa só surgiram há pelo menos duas décadas, e segundo Ana Paula Mendes de Miranda (2020), o primeiro movimento brasileiro se deu no estado da Bahia, tendo o reconhecimento oficial em 21 de fevereiro de 2000, sendo oficialmente considerado um dia de luta no combate a intolerância religiosa, que foi então nacionalizado em 2000, pelo ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

O movimento foi bastante importante e fez com que a luta contra a intolerância ganhasse mais voz no território nacional, pois saiu do âmbito estadual e se nacionalizou, tornando mais forte a luta para conscientização da sociedade, através de um poder do Estado em instituir uma data oficial para a reflexão e conseqüentemente prática do respeito e da tolerância.

Entretanto, não é muita surpresa o estado da Bahia ter sediado o primeiro movimento de combate a intolerância religiosa, levando em consideração que está em 3ª lugar entre o estados que mais ocorreram ataques às terreiros no Brasil, segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010), ficando atrás somente do Estado do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

É por essa razão que é de suma importância a criação e ação de movimentos que tratem sobre o combate a intolerância religiosa, pois através do conhecimento é que a sociedade pode ser reeducada sobre suas ações e assim chegar à prática do mútuo respeito. Dessa forma, Sidnei Nogueira, entende o seguinte:

Todavia, ao contrário do que se pensa sobre o que se convencionou chamar de preconceito, isso não nasce de modo natural. Ninguém é naturalmente preconceituoso. Toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente determinar e manter um padrão, marcadores de prestígios e poder. (NOGUEIRA, 2020, p. 41).

Tomando por base o trecho citado acima, reafirma - se que a questão do preconceito decorre de uma cultura, e que, logicamente não é possível mudar tão rápido, pois precisa -se de um processo para que algo se modifique, pois há a necessidade de uma nova moldagem para que se adeque ao novo através do conhecimento e da educação.

3.1 A PRÁTICA DA INTOLERÂNCIA E A FERRAMENTA DISQUE 100.

A ideia predominante ainda hoje, é que a intolerância só chega a ser praticada a partir do momento em que muitas pessoas tomam conhecimento através da ocorrência feita na delegacia, ou até mesmo quando surge o assunto em mídias sociais ou de notícias, o que não é de fato a realidade, pois em muitas das vezes, quando o caso chega a ser noticiado é porque é de alta proporção, mas o que de fato acontece é que a intolerância se manifesta em pequenos atos do dia a dia, como por exemplo os comentários racistas sobre crença, roupas e cultos, piadas xenofóbicas disfarçadas de liberdade de expressão, e nos casos mais graves, se externaliza através da violência física e destruição de templos sagrados.

Sobre os tipos de intolerância, Danny Zahreddine, traz a ideia de que:

Existem vários tipos de intolerância, como a intolerância racial, intolerância partidário – ideológica, **INTOLERÂNCIA RELIGIOSA** (grifo nosso), intolerância de gênero, intolerância social, dentre outras. Todas estas formas de intolerância são danosas, mas é possível afiar com certo grau de certeza que a intolerância religiosa seja a forma perigosa dentre as demais. Negar ao outro o direito de escolher e adotar para si sua própria relação com o divino, e delegar esse comportamento a algo maléfico ou diabólico, se sustenta na crença da superioridade na relação com Deus. (ZAHREDDINE, 2016, p. 149).

Portanto, diante do citado acima, pode – se considerar, que a intolerância pode se dividir em várias ramificações, porém acredita-se que a intolerância religiosa é a mais perigosa, por envolver vários aspectos da vida do indivíduo, pois está atrelado a algo que se acredita intimamente.

No Brasil, existe um serviço destinado a receber denúncias de intolerância religiosa, que é através do disque 100, onde será feito uma denúncia totalmente anônima sobre a intolerância sofrida, que segundo informações fornecidas pelo antigo Ministério dos Direitos Humanos, entre 2015 e 2017, uma denúncia foi realizada a cada 15 horas no Brasil, sendo que a maioria delas se concentrou nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O Ministério informou ainda que, 33,9% (trinta e três vírgula nove por cento) de casos aconteceram dentro de casa; 25% (vinte e cinco por cento) dos agressores foram identificados como homens brancos e 25% (vinte e cinco por cento) das denúncias foram feitas por praticantes de religiões como o candomblé e a umbanda de matriz africana, que englobam 1.6% (um vírgula seis por cento) da população brasileira.

3.2 PREVISÃO LEGAL DO CRIME DE INTOLERÂNCIA NO BRASIL, INCLUSIVE A RELIGIOSA.

No Brasil existem vários diplomas legais que se designam a tratar da intolerância religiosa, tendo em vista que, ato de tamanha gravidade e violação da dignidade da pessoa humana, precisa de punições para quem pratica tal ato, de forma que o estado faça sua parte assegurando que as ações tenham consequência, bem como proteger a vítima, assegurando sua liberdade.

De início cumpre citar o art. 3^a, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que não traz nenhuma penalidade em seu corpo, porém faz a afirmação de que promover o bem de todos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil. Ainda na Constituição de 88, o art. 5^a, incisos VI, VII e VIII, tratam respectivamente sobre: inviolabilidade de crença, livre exercício do cultos religiosos e a proteção de cultos e liturgias; assegurada a prestação e assistência religiosa; e a não privação de direitos por motivo de crença.

Dessa forma, tratando-se agora de penalidades, tem-se a Lei Federal nº 7.716/97, que trata sobre crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, dentro do objeto do nosso estudo essa lei traz expressas penalidades para quem praticar discriminação contra pessoas em razão da religião ao obstar a entrada das mesmas em estabelecimentos (reclusão de um a três anos), cargos da Administração Pública Indireta e Direta (reclusão de dois a cinco anos), bem como empresa privada (reclusão de dois a cinco anos), e entre outros.

Dessa forma, cumpre ainda citar o art. 20 da referida lei, onde expressa que, praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional o crime terá uma pena de reclusão de 1 a 3 (um a três anos) e multa, e se o crime for praticado por meio de meios de comunicação social a pena será agravada para reclusão de 2 a 5 (dois a cinco) anos e multa, devido ao grande alcance que as redes sociais proporcionam.

Exposto tais fundamentações legais, é evidente de como se é necessário todas as punições para o crime de discriminação, pois é uma forma de o Estado fazer a sua parte, assegurando que, aquele que praticou tal crime não fique impune, dando margem para que aconteça novamente, ou para que outros façam, pois não teriam com o que se preocupar.

A lei nº 9.459/97, no art. 2^a acrescenta ao art. 140 do Código Penal de 1940, o parágrafo 3^a, no qual pune com reclusão de 1 a 3 (um a três) anos e multa, a injúria que for praticada com a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia e religião ou origem. Ainda no Código Penal, cumpre citar o art. 208, que tem a seguinte redação:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (BRASIL, 1940.)

Ou seja, a proteção vai além da pessoa praticante da religião, tendo em vista que o local que frequenta e presta cultos, bem como os objetos utilizados são para elas considerados sagrados, e quando atacados ferem e discriminam os cidadãos adeptos a devida crença, por isso se faz muito importante a proteção estatal referente aos templos sagrados de todas as religiões, sem distinção.

Ademais, existe também no ordenamento jurídico a possibilidade de reparação civil no caso de discriminação, pois pode causar ao ofendido um dano extrapatrimonial, tendo em vista ser causada uma violação aos direitos pessoais do ser humano que são inerentes ao direito da personalidade, desde que o ofendido comprove que tal prática de discriminação causou danos que extrapola o patrimonial. Acontece quando o dano é tão grande que chega a causar dor, humilhação, angustia, desgosto e entre outros fatos que prejudiquem a o indivíduo de uma forma que não é possível medir. Neste Sentido, Silvio Venosa (2003), entende que o dano moral é um prejuízo psíquico, moral e intelectual do ofendido, abrangendo de certa maneira os direitos da personalidade.

4 ESTADO LAICO E A LIBERDADE RELIGIOSA AO LONGO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.

A laicidade do Estado é um ponto de discussão há décadas no Brasil, isso por a Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 19, trata da separação do Estado e religião, imputando que Estados, União, Municípios e Distrito Federal que é vedado estabelecer cultos religiosos ou igrejas e veda também o mantimento de relações entre os representantes dos entes federativos com as religiões.

A Constituição no seu rol de direitos fundamentais também traz positivado no art. 5º, inciso VI o direito à liberdade de crença e a prestação de cultos, deixando claro que, cada indivíduo tem a liberdade de prestar cultos a religião que deseja. Porém, essa questão nem sempre foi assegurado, por muito tempo desde o Brasil Império não havia separação entre religião e Estado, essa visualização pode ser feita a partir de um histórico das constituições brasileiras até chegar na atual de 1988.

A primeira Constituição brasileira foi a 1824, época em que o Brasil era Império e Dom Pedro I foi apoiado pelo partido português que era formado pelas pessoas ricas, no ano de 1923 ele acabou com a Assembleia Constituinte e em 1824 implantou o seu próprio projeto, o que veio a ser a nossa primeira Constituição, chamada de CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL. A Constituição de 1824 já trazia em seu preâmbulo a gratidão a Deus pelo projeto que passaria a reger o povo do império, o título 1º era em honra a Santíssima Trindade, o que para a Igreja Apostólica Romana significa o mistério central da fé e da vida cristã. O art. 5º desse mesmo título trazia a religião adotada pelo Brasil império que dizia o seguinte: “Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”, o culto doméstico, por sua vez se caracteriza na maneira de realizar o culto em sua própria casa, com os membros da família ou pessoas próximas daquela família, ou seja, na época, quem não fosse católico, tinha o direito de ter outra religião, desde que fosse praticada dentro de casa, sem externaliza-la além de onde foi designado.

Quando do estabelecimento do Brasil colônia, Dom João III, rei de Portugal, escreveu ao primeiro Governador-geral, Tomé de Sousa, nos seguintes termos: “a principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa fé católica”.¹ Para os colonizadores, as grandes navegações eram como “cruzadas”. Uma mentalidade marcada pela “guerra santa” contra os “infieis”. Foi com base nessa perspectiva que batalhas foram motivadas pela intolerância religiosa durante o período colonial, imperial e também republicano. (GABTAZ, 2019, p. 276)

Com isso, vê – se que Igreja Católica Apostólica Romana era a religião adotada no Brasil e que o Estado e igreja eram um só. Porém o artigo também faz menção a hipótese de que não seria vedado o culto doméstico ou em locais particulares a outras religiões desde que não viessem a ser públicos, ou seja, havia uma restrição a qualquer tipo de religião em locais públicos que não fosse a católica. Diante disso, Fábio Carvalho Leite diz sobre a tolerância a outras religiões que:

As relações entre Estado e religião definidas pela Constituição de 1824, a rigor, distanciam-se da simplicidade que a ideia de Estado confessional poderia sugerir. O texto constitucional, fruto de um ato de outorga, ocultava uma forte polêmica travada no seio da Assembleia Constituinte (posteriormente dissolvida) a respeito de temas relacionados à religião³. Sob a aparência de uma Constituição que privilegiava uma confissão e apenas tolerava as demais, havia um quadro um pouco mais complexo. A Constituição do Império era, guardadas as proporções, restritiva em relação às religiões em geral, tanto a católica quanto as acatólicas. A religião privilegiada, embora instituída religião do Estado, não era uma religião nacional. Os dispositivos constitucionais que regulavam os poderes do imperador sobre a instituição eclesiástica geraram mais tensão do que propriamente organização. Ainda que não se tratasse de

uma novidade – eis que os institutos que subordinavam a Igreja ao poder civil seguiam uma estrutura pombalina estabelecida ainda no período colonial –, não se tratava também de uma situação plenamente consolidada⁴. (LEITE, 2011).

A Constituição de 1824 vigorou por 65 anos e é considerada a mais longa, até que em 1891 houve a proclamação da República e uma nova Constituição começava a surgir, novas conquistas vieram com ela, como, o Estado passou a ser federativo/república presidencialista, o poder moderador foi retirado, permanecendo somente o Judiciário, Executivo e Legislativo, houve também a declaração de que o voto passaria a ser universal. Enfim, com essas várias mudanças veio também a separação do Estado e da religião, no seu preâmbulo já não estava mais rendendo graças a Deus pela promulgação daquela carta e o título I também não era mais em honra a Santíssima Trindade. O art. 11 trazia em seu parágrafo segundo que era vedado ao Estado estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos, ou seja, não vinha mais positivado a Igreja Católica como religião nacional adotada e o livre reconhecimento a prática de cultos.

O art. 72 da mesma carta em seu parágrafo 3º também tratava da liberdade de culto, trazendo escrito da seguinte maneira “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando –se para esse fim e adquirindo bens, observando as disposições do direito comum”. Diante disso, teve enfim a separação do Estado e da religião, ficando assegurado o livre exercício de cultos de maneira pública. Outro ponto que traz destaque é que o parágrafo 5º desse mesmo artigo trazia a questão de que “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a praticados respectivos ritos em relação aos crentes, desde que não ofenda moral pública e as leis”. Isso é de destaque porque enquanto vigorava a constituição de 1824, apenas os católicos podiam ser enterrados nos cemitérios que existiam, e com a CF de 1891 este local passou a ser uma instituição pública.

Por outro lado, essa separação parecia ser apenas fictícia, ou seja, na teoria, pois na prática a história foi bem diferente, assim como acentua Fabio Carvalho Leite:

um reverendo da igreja metodista, Sr. Justus H. Nelson, ficara preso por um mês por haver recusado-se a tirar o chapéu enquanto passava pelas ruas uma procissão católica (de *Corpus Christi*). Por meio de um bispo da Igreja metodista, o caso chegou ao conhecimento do presidente dos Estados Unidos, que incumbiu o secretário de Estado de tomar medidas diplomáticas junto ao governo brasileiro. (LEITE, 2011).

No ano de 1934, surgia a terceira Constituição brasileira e com ela outras mudanças, era o início da Era Vargas, e em 1932 foi eleita a Assembleia Constituinte que redigiu a

Constituição, era a época em que surgia no Brasil as igrejas protestantes e pentecostais, a igreja Católica lutava para que o ensino religioso fosse liberado nas escolas da rede pública, porém sofria uma resistência por parte dos protestantes, maçons e membros de outras religiões, mas mesmo assim, Getúlio Vargas, que era presidente do Brasil, expediu um decreto que permitia o ensino religioso nas escolas públicas. O que leva a acreditar que a Constituição de 34 atendia as exigências da igreja católica, pois nessa mesma época, Getúlio concedeu o direito da capelania nas forças armadas brasileiras, em penitenciárias e também nos hospitais. (MATOS, 2011).

Em outra vertente, o art. 17 da CF/34 trazia vedação a União, Estados, Municípios e Distrito Federal de estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos e também a vedação do mantimento de alianças ou dependência com qualquer culto, ou igreja sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo. Portanto, apesar de ser vago o conceito de liberdade religiosa, a Constituição de 1934 manteve o princípio da igreja livre e Estado livre. Entretanto, a CF de 1934 durou apenas 3 anos e em 1937 quando Vargas estava prestes a terminar seu mandato deu um Golpe de Estado para permanecer no poder, tornando – se assim um ditador, que ficou conhecido como Estado Novo, foi uma Constituição imposta e foi apelidada de “Paloca”, por ser autoritária e os poderes do governo serem praticamente ilimitados.

A questão da liberdade de crença foi parar no art. 122, parágrafo 4º onde dizia que: “A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

4º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937).

Diante disso, é notável que houve permanência em relação a preservação da ordem pública e dos bons costumes, mas com o respaldo que teria que se observar as disposições do direito comum.

Durante onze anos vigorou essa Constituição considerada de teor fascista, porém, com a queda de Vargas se fez necessário a implantação de uma nova Constituição, o que se deu no ano de 1946, que trazia a volta da democracia do Estado brasileiro, a volta da liberdade de expressão e opinião. O art. 141 em seu parágrafo 7º declarava que era inviolável a liberdade de consciência de crença, com a seguinte redação: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem

pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil”.

Em 1964 acontecia o Golpe Militar no Brasil, o que fez com que o país entrasse em uma regressão tamanha, marcado principalmente pela falta de garantias dos direitos fundamentais. Mas em 1967 surgia uma nova Constituição Federal, que trazia em seu art. 150, nos parágrafos 5º, 6º e 7º o direito à liberdade de consciência e de crença, a vedação da privação de direitos por motivos de crença religiosa e a assistência as forças armadas quando solicitada e também nos estabelecimentos de internação coletiva. Mais tarde a CF de 67 foi emendada surgindo assim a Constituição Federal de 1969, que em relação a liberdade de crença manteve o mesmo texto que a de 1967.

Por fim, surgiu a Constituição cidadã de 1988, reestabelecendo o Estado como laico e neutro, deixando claro que o Estado brasileiro não adota nenhuma religião, elencada no art.5º, inciso VI da seguinte forma “e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;” ficou assegurado também nos incisos VII e VIII a prestação e a assistência religiosa a entidades civis, militares e de internação coletiva. Portanto fica declarado que não pode o Estado interferir em qualquer culto religioso, e sim protege-los afim de assegurar o pleno exercício da liberdade religiosa. A respeito, acentua Perlingeiro:

Com a Constituição de 1988, consolida-se a perspectiva da proteção à liberdade religiosa. Não se adotou qualquer religião oficial, mas assegurou-se a liberdade de crença, de culto e de consciência a todas as pessoas e, simultaneamente, a formação e desenvolvimento das Confissões Religiosas. Apesar de não confessional, a Constituição Federal é solidária e tolerante, além de promotora da cooperação entre Religiões e o Estado brasileiro, sem este deixar de ser laico. Um exemplo que ilustra essa afirmação é o Acordo Brasil-Santa Sé, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé pelo Decreto n.º 7.107 de 11 de fevereiro de 2010, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. (PERLINGEIRO, 2019, p. 18)

Por fim, depois de uma análise das Constituições, nota – se como as coisas evoluíram ao longo dos anos e das mudanças que surgiram a partir do momento que o mundo se modernizava, a Constituição teve que ir se modificando também, mesmo que a intolerância não tenha acabado, a liberdade religiosa vem ganhando mais força, caminhando para que ao longo do tempo, a teoria vá se tornando uma prática eficaz.

5 LIBERDADE RELIGIOSA E OS DIREITOS HUMANOS.

5.1 LIBERDADE RELIGIOSA E O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BRASIL.

Quando se trata de religião, um dos assuntos mais polêmicos sobre, é o ensino religioso nas escolas públicas das redes municipais e estaduais, sobre tal fato o art. 210, parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988, traz a seguinte redação “§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. O art. não menciona sobre como se dará aplicação do ensino religioso, tendo em vista que o Brasil é composto de uma diversidade de crenças, o que já torna complicado a manutenção do ensino religioso, pois precisa – se que ela aconteça de maneira que não haja violação da dignidade da pessoa humana com relação ao que ela acredita e ao que é ensinado em sala de aula.

Segundo Juliana Golveia (2019), esse tema causou tensão entre Igreja e Estado, pois era necessário a garantia do ensino, e ao mesmo tempo zelar pela efetivação da laicidade estatal, e ainda leva-se em consideração questões políticas que envolvem o assunto, havendo conflito por conta dos interesses de cada um, que disputam o pódio de primeiro lugar, pois ambos são bastante relevantes, ao ponto de que é necessário que o aluno tenha acesso as informações sobre as religiões, porém que nesse ensino seja levado em consideração que não existe apenas uma para ser conhecida, entrando ai a laicidade que deverá assegurar que nesse ambiente ninguém seja privado do acesso ao conhecimento sobre qualquer religião existente, bem como nenhum sujeito será submetido a participar constantemente de aulas sobre uma religião em que ele não acredita ou presta cultos.

Acerca da polêmica em se o ensino seria confessional ou não confessional, em setembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI - 4439, no qual a Procuradoria Geral da União, questionava o modelo do ensino religioso nas escolas públicas do Brasil. Os ministros por 6 votos a 5 decidiram que, o ensino religioso nas escolas públicas deve ser de natureza confessional, pois deve ser vinculado a diversas religiões.

A sessão foi encerrada com o voto da antiga Presidenta do STF, Carmen Lúcia, onde o entendimento foi o seguinte, “A laicidade do Estado brasileiro não impediu o reconhecimento de que a liberdade religiosa impôs deveres ao Estado, um dos quais a oferta de ensino religioso com a facultatividade de opção por ele”. Salientou ainda, que é de suma importância a liberdade de crença, das expressões e manifestações de ideias.

Um dos 6 ministros que votou pela improcedência da ação foi o Ministro Alexandre de Moraes, segue parte final do seu voto:

Por não vislumbrar, nos dispositivos questionados na inicial, nenhuma ofensa aos ditames constitucionais, JULGO IMPROCEDENTE esta ação direta, declarando constitucionais os artigos 33, caput e §§ 1º e 2º, da Lei 9.394/1996, e 11, §1º, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, e afirmando a constitucionalidade do ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.(STF, 2017).

Dessa forma, ficava decidido que, o ensino religioso se daria de maneira confessional, obrigatório nas escolas, mas facultativo para os alunos. Entretanto de acordo com um levantamento pelo Portal de Notícias da Globo – G1, a maioria das secretarias estaduais vem adotando o sistema não confessional, indo de contrário a decisão do STF, pois os professores estão apresentando histórias de todas as religiões, e ainda acrescentando conteúdo de promoção a prática do respeito, da tolerância e da liberdade.(G1, 2017).

Portanto, o que seria relevante e de melhor funcionamento no Brasil era ser adotado o método de ensino de Ciências da religião, onde os alunos passariam a estudar as religiões para conhecer, pois a educação é o que torna capaz a erradicação do preconceito e discriminação, levando ainda em consideração a formação dos professores nessa área. Portanto, dois pressupostos teriam de ser superados nas práticas escolares, sendo o da fé e da religiosidade, e um pressuposto deveria ser construído, que é o da educação do cidadão, que chega a ser um dos pontos mais importantes para a sociedade como um todo. (PASSOS, *apud* CARLOS, 2019).

5.2 A LIGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COM A LIBERDADE RELIGIOSA.

Não há como falar de religião e automaticamente não fazer a sua ligação com a proteção dos Direitos Humanos, pois sabe – se que a garantia a liberdade de crença, além de assegurado pela Constituição Federal e outras normas infraconstitucionais é também por normais internacionais de Direitos Humanos, devido a sua grande importância e necessidade no mundo, ligando – se automaticamente também a proteção da dignidade da pessoa humana, seja quem for o sujeito.

Dessa forma, entende -se que Direitos Humanos são liberdades básicas que todos os seres humanos possuem, ligado intimamente com a liberdade de pensamento, expressão, bem como também da igualdade entre todos os indivíduos. Tratando – se dá liberdade religiosa assegurada, existe para que o Estado não chegue a impor uma religião específica para todos os cidadãos, nem impeça a prática da profissão de fé, pois espera-se do Estado, como ente federativo que ele forneça a segurança contra a prática de censura a liberdade. (MORAIS, 2012).

Neste viés, cumpre citar aqui as normas internacionais de Direitos Humanos que versem sobre disposições fundamentais, iniciando pela Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH, que dispõe em seu art. 18, que toda pessoa tem o direito ao livre pensamento de consciência, bem como de religião, permitindo e assegurando que cada um tenha autonomia de mudar a crença ou religião, bem como de manifesta-la. Neste caso nota-se que em 1948 pouco depois da Segunda Guerra Mundial, a liberdade religiosa era normatizada mundialmente.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), também no art. 18, traz uma redação parecida com a citada no parágrafo anterior, trazendo mais uma vez a normatização da liberdade da manifestação de pensamento e as suas convicções sem que haja nenhuma restrição, salvo aquelas previstas em lei, que sejam impostas para assegurar a ordem, segurança e saúde pública, bem como a moral e a liberdade do outro, assim segue a redação do art. 18:

Artigo 18.º: Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito inclui a liberdade de ter ou de adoptar a religião ou as crenças de sua escolha, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou as suas crenças, individual ou colectivamente, tanto em público como em privado, pelo culto, pela celebração dos ritos, pela prática e pelo ensino.

Ninguém será objecto de medidas coercivas que possam prejudicar a sua liberdade de ter ou de adoptar a religião ou as crenças e sua escolha.

A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas crenças só pode ser objecto de restrições que, estando previstas na lei, sejam necessárias para a protecção da segurança, da ordem, da saúde e da moral públicas, ou para a protecção dos direitos e liberdades fundamentais de outrem.

Os Estados-Signatários no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e dos tutores legais, se for o caso, de modo a garantir que os filhos recebam uma educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. (PIDCP, 1966).

Ainda em âmbito internacional a Ata Final de Helsínquia, princípio VII, dispõe que os Estados que participaram dessa ata deverão respeitar os direitos e liberdades fundamentais, sendo inclusa, portanto a liberdade religiosa. Com relação a liberdade religiosa das crianças, dispõe o Documento de Viena da OSCE, arts. 16-F e 16-G, que a criança será assegurada a educação religiosa em conformidade com a convicção dos pais/tutores. Ainda neste sentido, em âmbito internacional a Convenção Europeia para a proteção de Direitos do Homem a das Liberdades Fundamentais, traz em seu art. 9º a mesma redação do art. 18 da DUDH e por fim tem – se a Declaração das Nações Unidas sobre eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseada em religião ou convicção.

1.Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou colectivamente,

em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.

2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem. (DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO FUNDADAS NA RELIGIÃO OU NAS CONVICÇÕES, 1981).

Portanto, pode ser notado que existem dois componentes presentes, que são a opção de mudar de religião ou de convicção a hora que desejar, sem que isso afronte alguma lei, pois compete somente ao indivíduo a decisão do que ele quer seguir, o que nos leva ao segundo componente, que é justamente a escolha sobre ter ou adotar determinada religião, bem como a escolha de não precisar de nenhuma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, foi abordado os conceitos de liberdade, bem como de intolerância religiosa destacando – se a importância da separação entre Estado e Igreja, para que haja a efetividade da laicidade assegurado a todos. Apresentando ainda os seus aspectos jurídicos em âmbito nacional, a utilização da ferramenta DISQUE 100, que funciona para que os crimes de intolerância sejam denunciados. No decorrer do trabalho também foi exposto e analisado a previsão legal do crime de intolerância, inclusive a religiosa, destinado a detalhar os crimes previstos, bem como as penas aplicadas ao agentes, presentes na legislação especial, bem como no Código Penal de 1940, também foi abordado de maneira mais objetiva, o instituto da reparação cível.

Também foi abordado como a liberdade religiosa se desenvolveu e teve tratamento nas Constituições brasileiras, partindo de 1824 com a primeira Constituição, até a atual de 1988, onde pode notar- se que felizmente teve mudanças necessárias e importantes para que fosse assegurado a liberdade de cada cidadão. Ao falar sobre liberdade e direitos humanos, foi tratado sobre o ensino religioso em escolas públicas do Brasil, trazendo o posicionamento do STF versus o que realmente é feito na prática, e por fim, foi exposto as normas internacionais de Direitos Humanos sobre intolerância e liberdade de religiosa.

Ao tratar sobre o ensino religioso, vê – se que a educação, é uma das melhores formas de ensino da tolerância, respeito e liberdade, pois cada um tem o direito de escolher o que acredita e o que seguir em sua vida, porém o respeito ao que o outro escolheu é um dever de um cidadão, o que deve começar em casa coma educação fornecida pelos pais, e ampliada pelas

escolas, pois é nesse ambiente que estará a diversidade, é nele que deve de maneira mais forte ser ensinado o quanto todas as religiões são importantes para quem a escolheu, sem precisar que você goste ou pratique, mas que de alguma forma aprenda o respeito no ambiente em que se está exposto a várias diferenças culturais.

Posto isso, vê-se que o tema tratado possui diversas e importantes ramificações que precisam ser conhecidas por todos os cidadãos, para que através do conhecimento a prática do respeito seja algo natural, sem que precise de tantas leis punitivas para algo que pode ser estudado e entendido através do conhecimento e da educação, pois não há como nascer intolerante, se torna intolerante, e se é possível tornar-se um indivíduo assim logicamente é possível também se tornar uma pessoa totalmente contrária, que prega o respeito e a tolerância, que acima de tudo respeita as decisões que o outro escolheu para si, sem julgamentos, sem piadas de má fé, sem racismo escancarado e sem violência.

Assim sendo, conclui-se que, é necessário a aplicação de normas punitivas e responsabilidade cível para aquele que pratica intolerância, para que através de uma punição efetiva pelo Estado possa haver uma conscientização de todos de que não pode praticar tamanha violência com o outro e sair impune, ou seja, cabe ao Estado a efetiva aplicação das normas, bem como que aquele que sofre a violência não se omita e denuncie o agressor, se defendendo e estimulando todos aqueles que já sofreram com essa questão. Ressalta – se também a importância das manifestações e ativismo em relação a isso, precisa – se dar voz aos oprimidos, a fim de que não sejam excluídos e sempre sejam alvo fácil para intolerância, todos são cidadãos e merecem respeito de forma igual, não há motivo para que alguém seja inferiorizado por não ser como o outro quer que seja. Portanto, esses dois pontos conjuntamente com a educação, seriam uma forma de erradicação do preconceito tão enraizado na sociedade como um todo, não basta leis e mais leis se as pessoas não são educadas desde a infância a respeitar as diferenças de cada um, e aceitar que o que o outro escolheu para si, não deve interferir no respeito que deve ser dado a cada um e segurança que deve ser efetiva para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política Do Imperio Do Brazil**. Rio de Janeiro, RJ. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil. 1824.
- BRASIL, Constituição (1891). **Constituição Da Republica Dos Estados Unidos Do Brasil**. Rio de Janeiro. Congresso Nacional Constituinte. 1891.
- BRASIL, Constituição (1934). **Constituição Da Republica Dos Estados Unidos Do Brasil**. Rio de Janeiro. Assembleia Nacional Constituinte. 1934.
- BRASIL, Constituição (1937). **Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ. 1937.
- BRASIL, Constituição (1967). **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal. 1967.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal. 1988.
- BRASIL, Constituição (1969). Emenda constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. In: **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 08 de set. de 2020.
- BRASIL. Decreto – lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Brasília, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 26 de set. de 2020.
- BRASIL. Decreto – lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 05 de janeiro de 1989. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm>. Acesso em: 26 de set. de 2020.
- BRASIL. Decreto – lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm>. Acesso em 26 de set. de 2020.
- BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439. STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas. Brasília, DF. Supremo Tribunal Federal, [2017]. Disponível em: <[Notícias STF :: STF - Supremo Tribunal Federal](#)>. Acesso em: 02 de dez. de 2020.
- CARLOS, Juliana Gouveia et al. **ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE: INTERFACE ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA**, p. 33, 2019. Disponível em: < <http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/270>>. Acesso em 30 de out. de 2020.

DUDH, **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 30 de out. de 2020.

GABATZ, Celso. Democracia, laicidade e intolerância religiosa como desafio aos direitos humanos na contemporaneidade brasileira. **Cadernos de Direito Actual**. São Leopoldo n. 12, p. 276 e 277. 2019. Disponível em: <<http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/406>>. Acesso em 08 de set. de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora atrás Ltda, 2018. Págs. 25, 35 e 98.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião & sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p 32-60, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872011000100003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 08 de set. de 2020.

MATOS, Alderi Souza. Breve História do Protestantismo no Brasil. *Vox Faifae – Revista de teologia da faculdade FASSEB*, Goiás, v.3, n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai/fae/article/view/27>>. Acesso em 10 de nov. de 2018.

MORENO, Ana Carolina. Quase todas as redes estaduais proíbem professores de ensino religioso de promoverem uma só crença. **Portal de Notícias da Globo – G1**, 30 de set. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/quase-todas-as-redes-estaduais-proibem-professores-de-ensino-religioso-de-promoverem-uma-so-crenca.ghtml>>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

PERLINGEIRO, Ricardo. Introdução a Liberdade Religiosa e Direitos Humanos. In: RICARDO – PERLINGEIRO (Org.). **Liberdade Religiosa e Direitos Humanos**. 38.ed. Niterói – RJ. Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Ciências do Poder Judiciário (Nupej) Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), 2019. p. 19 – 30. Disponível em <[file:///C:/Users/thial/Downloads/SSRN-id3331387%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/thial/Downloads/SSRN-id3331387%20(1).pdf)>. Acesso em: 01 de set. de 2020.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; CORRÊA, Roberta de Mello. O renascimento da intolerância religiosa e as formas de administração institucional de conflitos no Brasil. In: RICARDO – PERLINGEIRO (Org.). **Liberdade Religiosa e Direitos Humanos**. 38.ed. Niterói – RJ. Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Ciências do Poder Judiciário (Nupej) Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), 2019. p. 111 – 146. Disponível em <[file:///C:/Users/thial/Downloads/SSRN-id3331387%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/thial/Downloads/SSRN-id3331387%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 de nov. de 2020.

NORMAS internacionais de direitos humanos: disposições fundamentais sobre a liberdade de religião. **Scientology**, 2020. Disponível em: <https://www.scientologyreligion.pt/religious-freedom/international-human-rights-standards/>. Acesso em 30 de out. de 2020.

PIDCP, **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. 1966. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-sobre-direitos-civis-e-politicos>. Acesso em 30 de out. de 2020.

PINHEIRO, Gilmário K. X.; PINHEIRO, Danielle V. **Intolerância religiosa, desinformação e discriminação no cenário brasileiro: significados, repercussões e possibilidades de mudança**. Protestantismo em Revista. São Leopoldo. V 44, n.02.p 74 e 76, dez. 2018. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/270204253.pdf>>. Acesso em: 01 de set. de 2020.

PORTIFIRIO, Francisco. (2019). **Intolerância religiosa**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm>>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**, 3ª Edição, São Paulo: Atlas, 2003.

VIEGAS, Fátima. A Intolerância Religiosa enquanto processo de destruição do Outro. *In*: CARLOS-SERRA (Org.). **O que é intolerância religiosa**. Lisboa – Portugal. Escolar Editora, 2016. p. 13 - 42.

ZAHREDDINE, Danny. O que é Intolerância Religiosa? *In*: CARLOS-SERRA (Org.). **O que é intolerância religiosa**. Lisboa – Portugal. Escolar Editora, 2016. p. 143- 162.